Notícias do dia 11 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 6

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
PSDB goiano recusa o "mea culpa" pela difícil situação fiscal do Estado - FIO DIRETO 3

DIA ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Caiado diz a CPI que Estado fez alertas sobre o uso do kit Covid 4

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Extinção do TCM é rejeitada na CCJ da Assembleia Legislativa de Goiás 5

O POPULAR - ON LINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Caiado responde à CPI que Estado fez alertas contra kit Covid 6

SAGRES 730 ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Contra a extinção do TCM, Talles Barreto afirma que o órgão "não é cabide de emprego" 8

TV SERRA DOURADA ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Caiado diz a CPI que Estado fez alertas sobre o uso do kit Covid 9

PSDB goiano recusa o "mea culpa" pela difícil situação fiscal do Estado - FIO DIRETO

Cloves Reges

A reação do presidente do PSDB goiano, exgovernador José Eliton, ao posicionamento do correligionário Francisco Oliveira, deputado da bancada tucana na **Alego** que votou favorável à adesão do Estado de **Goiás** ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa do Governo Federal de socorro fiscal e financeiro aos entes subnacionais que se encontram em situação de inadimplência com a União, revela a dificuldade que os tucanos têm em reconhecer os equívocos cometidos nos 16 anos que comandaram o Estado e a necessidade urgente que o atual governo tem de equacionar as contas públicas para que **Goiás** possa retomar a normalidade no que diz respeito à boa gestão fiscal e de investimentos. Eliton prometeu lutar pela expulsão do deputado e pedir o seu mandato na justiça.

O posicionamento do dirigente tucano demonstra claramente que o PSDB estaria apostando no "quanto pior melhor", situação que, imagina-se, poderia dar ao partido condições de voltar a ter algum protagonismo político em **Goiás**. O RRF passou a ser a única alternativa viável para que o Estado consiga adimplir suas obrigações e assim reaver o equilíbrio fiscal e financeiro, comprometido pela má gestão tucana nos últimos anos. Ao final de 2018, último ano da gestão Marconi Perillo/José Eliton, o Estado padecia de um rombo aproximado de R$ 7 bilhões no caixa, segundo auditoria do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO), além de uma dívida consolidada de cerca de R$ 20 bilhões. O Estado tinha apenas R$ 11 milhões em caixa para fazer frente a mais de R$ 3,5 bilhões em dívidas imediatas, incluindo aí R$ 2 bilhões em despesas que sequer haviam sido empenhadas, inclusive as folhas de novembro e dezembro de 2018. A saída foi a suspensão do pagamento dos chamados serviços da dívida.

Ao agir contra a adesão ao RRF, o PSDB perde a chance de fazer o mea culpa e assim agir com republicanismo para auxiliar na retomada do equilíbrio das contas públicas

Rejeitadas As contas dos ex-governadores Marconi Perillo e José Eliton, ambos do PSDB, referentes a 2018, levadas à apreciação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, receberam parecer pela rejeição.

O relatório do **Conselheiro** **Saulo Mesquita** apontou a realização de despesas sem prévio empenho e realização de despesas sem autorização orçamentária, entre outros ilícitos.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210611

Caiado diz a CPI que Estado fez alertas sobre o uso do kit Covid

Keyle Santos

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), em resposta à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, disse que a Secretaria de Saúde de Goiás (SES) não incentivou o uso de medicamentos sem comprovação científica e que fez alertas sobre o uso do kit Covid.

Em resposta ao ofício encaminhado a todos os governadores, com a solicitação de informações sobre os protocolos medicamentosos utilizados no tratamento de pacientes com Covid-19 , Caiado disse que o Estado nunca adquiriu com recursos próprios, medicamentos para o chamado tratamento precoce, por não ter comprovação científica de eficácia, não haver benefícios comprovados e, além disso, devido ao risco de efeitos colaterais.

De acordo com o governador, o Estado recebeu cloroquina do governo federal e fez a distribuição aos municípios, conforme orientação do Ministério da Saúde. Segundo a Superintendência de Atenção Integral à Saúde da SES, ao promover a distribuição, ela elaborou notas técnicas que não recomendavam a utilização da cloroquina e não adotava as orientações do Ministério da Saúde.

CPI investiga tratamento precoce com kit Covid

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) defende o uso de cloroquina e outros medicamentos para tratamento precoce desde o início da pandemia, o que é um dos focos das investigações da CPI, além da demora na aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O governo de Goiás também incluiu nos documentos enviados à CPI, três relatórios do Núcleo de Evidências e da Gerência de Informações Estratégicas da Subsecretaria de Saúde da SES, com indicações da falta de comprovação da eficácia dos medicamentos. A comissão também já recebeu documentos do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, e do Ministério Público Federal e Estadual de Goiás.

Os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro apresentaram na CPI, vídeos e declarações de governadores e prefeitos em defesa do kit Covid, porém a maioria das declarações eram do início da pandemia, quando estudos iniciais apontavam a possibilidade de resultados positivos.

Site: https://diaonline.ig.com.br/2021/06/11/caiado-diz-a-cpi-que-estado-fez-alertas-sobre-o-uso-do-kit-covid/

Extinção do TCM é rejeitada na CCJ da Assembleia Legislativa de Goiás

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**) rejeitou, na tarde de quinta-feira (10), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa a extinção do Tribunal de Contas dos Município (TCM). O relatório entregue por Talles Barreto (PSDB) no início da semana já indicava pela rejeição da proposta. A matéria ainda deve passar pelo plenário da Casa de Leis.

A proposta chegou a receber voto separado do deputado delegado Humberto Teófilo (PSL) com argumentos favoráveis à extinção do Tribunal. O parlamentar avaliou que a medida geraria economia ao estado. As atribuições e servidores efetivos seriam incorporados ao **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), que, segundo o parlamentar, é a "competente corte estadual dotada de estrutura e capacidade para o bom desempenho de suas funções".

Os argumentos do parlamentar, no entanto, foram rejeitados em novo voto separado, desta vez do líder do governo Bruno Peixoto (MDB). A maioria dos deputados aprovou a rejeição da exclusão do TCM. O único voto contrário foi do próprio Humberto Teófilo.

Relatório

No relatório que rejeitava a proposta de exclusão do Tribunal, Talles Barreto argumentou que o TCM se consolidou a partir da Constituição de 1988, quando passou a ter ações importantíssimas no estado. Ao Mais **Goiás** o parlamentar diz que produziu um material robusto em que passou pela análise de Ordem dos Advogados do Brasil Seção **Goiás** (OAB-GO), Associação Goiana de Municípios (AGM), Federação Goiana dos Municípios (FGM), Tribunal de Contas da União (TCU).

"Estou muito ciente da necessidade da manutenção do TCM e tenho todos os dados que fundamentam isso em mãos. Caso alguém sinta a necessidade de falar sobre o assunto, estarei à inteira disposição", aponta

Entenda

A PEC foi apresentada no dia 27 de abril pelo deputado Henrique Arantes (MDB) com assinatura de 26 deputados . Na ocasião, argumentavam da necessidade de extinção do TCM para gerar economia ao Estado e fortalecer as câmaras municipais. No entanto, o pano de fundo seria pressão para aposentadoria de um dos conselheiros, para ter, assim, nova indicação para o órgão.

Com aposentadoria de Nilo Resende, a tramitação perdeu força . Um dos mais cotados para assumir a vaga no tribunal é o deputado estadual Humberto Aidar (MDB), presidente da CCJ.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/extincao-do-tcm-e-rejeitada-na-ccj-da-assembleia-legislativa-de-goias/

Caiado responde à CPI que Estado fez alertas contra kit Covid

Fabiana Pulcineli

Em resposta à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, do Senado, o governador Ronaldo Caiado (DEM) disse que "em momento algum a Secretaria de Saúde de **Goiás** (SES) incentivou a utilização de medicamentos sem a devida comprovação científica" e que fez alertas sobre o uso de kit Covid.

Receba gratuitamente em seu whatsapp notícias de **Goiás** sobre vacinação, Covid-19, decretos e outras informações relevantes. Clique.

O governo estadual respondeu a ofício encaminhado a todos os governadores, com solicitação de informações sobre os protocolos medicamentosos utilizados no tratamento de pacientes com Covid-19.

O documento diz que o Estado nunca adquiriu com recursos próprios medicamentos para o chamado tratamento precoce (que não existe) "por não haver comprovação cienfica de eficácia, não haver benefícios comprovados para os pacientes e devido ao risco de causar efeitos colaterais indesejados".

O Estado afirma que recebeu cloroquina do governo federal e fez a distribuição aos municípios, conforme orientação do Ministério da Saúde. "A atuação do Estado de **Goiás** ficou restrita à redistribuição de medicamentos aos municípios, conforme orientação do Ministério da Saúde, ficando a critério de cada município o protocolo de ulização daqueles remédios. A atuação foi, então, baseada integralmente em estudos e evidências, sempre com muita responsabilidade com a atividade prestada", diz.

A Superintendência de Atenção Integral à Saúde da SES informou que, ao promover a distribuição, "elaborou notas técnicas que não recomendavam a utilização da cloroquina e não adotava as orientações do Ministério da Saúde, porém deixava claro que a prescrição do medicamento é discricionariedade do médico e mediante o livre consentimento esclarecido do paciente".

Nos documentos enviados à CPI, o governo goiano incluiu três relatórios do Núcleo de Evidências e da Gerência de Informações Estratégicas da Subsecretaria de Saúde da SES, de maio e julho de 2020 e de março de 2021, com indicações da falta de comprovação da eficácia dos medicamentos.

"Fica, por conseguinte, nítido que a atuação da Secretaria de Estado da Saúde se deu conforme os protocolos oficiais e as estratégias baseadas em evidências, de modo a primar sempre pelos direitos dos usuários do SUS", finaliza o ofício, assinado pelo governador, e pelos secretários Ismael Alexandrino (Saúde), Cristiane Schmidt (Economia) e Henrique Ziller (**Controladoria Geral do Estado**).

O uso de cloroquina e outros medicamentos para tratamento precoce é defendido pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) desde o início da pandemia e é um dos focos das investigações da CPI, assim como a demora na aquisição de vacinas contra a Covid-19.

A inclusão de governadores e prefeitos nas apurações da comissão foi uma articulação do presidente e aliados para minimizar os desgastes do governo federal. Apoiadores do presidente na CPI já apresentaram vídeos e declarações de governadores e prefeitos em defesa do kit Covid, mas a maioria era de declarações do início da pandemia, quando alguns estudos iniciais apontavam a possibilidade de resultados positivos. Depois disso, houve a ampliação das análises e não houve comprovação da ineficácia.

As divergências sobre o enfrentamento da Covid-19 provocaram distanciamento entre Caiado e Bolsonaro. Esta semana, o presidente teve agenda em Anápolis sem a presença do governador. Aliados de ambos afirmam que há sinais de que não estarão juntos na campanha eleitoral do ano que vem, quando os dois disputarão a reeleição. O Giro mostra hoje que Caiado pode ficar neutro no primeiro turno, assim como ocorreu em 2018.

O Estado já encaminhou outros quatro ofícios à CPI, respondendo sobre recursos recebidos do governo federal para o enfrentamento da pandemia, a destinação das despesas, doações, notas fiscais, e as normas do Estado relacionadas à pandemia.

A comissão também já recebeu documentos do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, e do Ministério Público Federal e Estadual de **Goiás**. A CPI solicitou todas as investigações em andamento sobre irregularidades do Estado e de municípios. Parte dos

ofícios enviados pelo **TCE**, MPF e MPE está em sigilo.

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/politica/blog-fabiana-pulcineli/caiado-responde-%C3%A0-cpi-que-estado-fez-alertas-contra-kit-covid-1.2265951

Contra a extinção do TCM, Talles Barreto afirma que o órgão "não é cabide de emprego"

Da Redação

O deputado Talles Barreto (PSDB) foi o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM-GO) e pediu o arquivamento da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa. O parlamentar argumenta que a extinção do TCM-GO elevará os gastos do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), além de fragilizar a fiscalização das contas dos municípios.

Leia mais: Caiado retoma críticas contra gestão tucana e pede "prazo para realizar mais" no governo

Em entrevista à Sagres, Barreto justificou seu posicionamento. "Na realidade o Tribunal tem uma função muito grande hoje, além dele fiscalizar, ele orienta e faz um trabalho diferenciado. Fiscaliza de uma forma incisiva os municípios. A diferença hoje das apresentações das prestações e contas tanto das câmaras quanto das prefeituras, em relação a 10, 15 anos atrás é totalmente diferente. Tem um portal da transparência fortíssimo, onde mostram a situação dele. Sempre defendi a manutenção do Tribunal de Contas dos Municípios", argumentou.

O deputado destacou que antes de fazer o relatório ouviu as entidades envolvidas e visitou a OAB, o Conselho Regional de Contabilidade, a Associação Goiana dos Municípios e a Federação Goiana dos Municípios. Além do Tribunal de Contas da União, a Associação dos Vereadores de **Goiás** e o **Tribunal de Contas do Estado**.

"Quis fazer um relatório onde as entidades envolvidas diretamente no Tribunal se posicionassem e foi unânime. Todos sabem da importância do Tribunal de Contas e a própria alegação do deputado Henrique Arantes, autor da proposta, mostra que não seria conveniente, que é em relação a diminuição de custos. Essa transferência do Tribunal de Contas dos Municípios para o **TCE** iria também onerar e com certeza muitos projetos não seriam julgados e dificilmente atenderia essa demanda importante em relação aos presidentes das câmaras e aos prefeitos do estado de **Goiás**", afirmou.

Leia também: Adesão ao RRF em ano eleitoral gera preocupação entre lideranças da base caiadista

O deputado Humberto Teófilo, que é a favor da extinção, pediu vistas do relatório e por isso ele não foi votado na reunião realizada na última terça-feira (08) da CCJ. A PEC prevê que **TCE** absorva os servidores efetivos do TCM, em caso de extinção. Nesse sentido, Talles Barreto defende que mesmo com transferência de funcionários, é possível que o **TCE** tenha que contratar um número maior de funcionários para conseguir absorver a demanda.

"Todos os funcionários do Tribunal de Contas dos Municípios, os encargos seriam transferidos para o **Tribunal de Contas do Estado**. Então o que pesaria lá, os 150 funcionários comissionados, mas são funcionários comissionados extremamente preparados. Eu garanto que o Tribunal de Contas dos Municípios não é cabide de emprego, o tribunal trabalha muito. E mesmo transferindo esse grupo para o **TCE**, era impossível hoje o **TCE** não ter que aumentar o número de funcionários para poder ter a demanda dos processos", declarou.

"O custo benefício do Tribunal de Contas hoje, é muito maior do que o valor que ele estabelece. O seu trabalho de análise é fortíssimo e não teria como o **TCE**, além de assumir todos os efetivos e todos os inativos ter também que arrumar um número talvez até maior de comissionados. Que talvez não teriam o mesmo preparo dos que estão lá hoje. Então em termos de economia é praticamente zero, nós perderíamos sim uma qualidade no serviço que é reconhecida no Brasil inteiro. A Associação dos Tribunais de Contas do Brasil manifestou-se contra o fechamento do próprio Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás**", frisou.

Site: https://sagresonline.com.br/contra-a-extincao-do-tcm-talles-barreto-afirma-que-o-orgao-nao-e-cabide-de-emprego/

Caiado diz a CPI que Estado fez alertas sobre o uso do kit Covid

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), em resposta à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, disse que a Secretaria de Saúde de Goiás (SES) não incentivou o uso de medicamentos sem comprovação científica e que fez alertas sobre o uso do kit Covid.

Em resposta ao ofício encaminhado a todos os governadores, com a solicitação de informações sobre os protocolos medicamentosos utilizados no tratamento de pacientes com Covid-19 , Caiado disse que o Estado nunca adquiriu com recursos próprios, medicamentos para o chamado tratamento precoce, por não ter comprovação científica de eficácia, não haver benefícios comprovados e, além disso, devido ao risco de efeitos colaterais.

De acordo com o governador, o Estado recebeu cloroquina do governo federal e fez a distribuição aos municípios, conforme orientação do Ministério da Saúde. Segundo a Superintendência de Atenção Integral à Saúde da SES, ao promover a distribuição, ela elaborou notas técnicas que não recomendavam a utilização da cloroquina e não adotava as orientações do Ministério da Saúde.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) defende o uso de cloroquina e outros medicamentos para tratamento precoce desde o início da pandemia, o que é um dos focos das investigações da CPI, além da demora na aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O governo de Goiás também incluiu nos documentos enviados à CPI, três relatórios do Núcleo de Evidências e da Gerência de Informações Estratégicas da Subsecretaria de Saúde da SES, com indicações da falta de comprovação da eficácia dos medicamentos. A comissão também já recebeu documentos do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, e do Ministério Público Federal e Estadual de Goiás.

Os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro apresentaram na CPI, vídeos e declarações de governadores e prefeitos em defesa do kit Covid, porém a maioria das declarações eram do início da pandemia, quando estudos iniciais apontavam a possibilidade de resultados positivos.

Site: https://tvsd.com.br/2021/06/11/caiado-diz-a-cpi-que-

estado-fez-alertas-sobre-o-uso-do-kit-covid/